

## UTILIZAÇÃO PELO ESTADO DE RORAIMA DOS RECURSOS DO FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE

João Augusto Barbosa Monteiro<sup>1</sup>  
Romina Batista de Lucena de Souza<sup>2</sup>  
Nali de Jesus de Souza<sup>3</sup>

### RESUMO

Este artigo avalia a utilização dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte no Estado de Roraima, entre 2004 e 2008. Comparam-se também o volume desses recursos para Roraima com os destinados a outros Estados da Região Norte. Foram analisados os recursos disponibilizados para o Estado e a efetividade do seu emprego, ante as potencialidades sinalizadas para os 15 municípios de Roraima. Investigou-se o baixo nível de absorção desses recursos destinados para investimentos ao longo dos cinco anos abrangidos pela pesquisa. O suporte teórico do estudo envolveu as idéias sobre círculo vicioso da pobreza e teoria da base econômica. No período, apenas R\$ 163 milhões foram utilizados, dos R\$ 666 milhões disponibilizados (25% do total). Entre as causas dessa baixa absorção estão: ausência física da presença do Banco em 87% dos municípios; falta de regularização fundiária; centralização do poder decisório das operações fora do Estado; excesso de burocracia na apreciação dos pleitos; carência de bons projetos; deficiência no gerenciamento dos projetos; falta de iniciativa e desconhecimento da existência desses recursos. Mesmo assim, em 2008, cada real do fundo aplicado em Roraima expandiu o PIM em R\$ 1,25, gerando 0,14 novos empregos.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Regional; Financiamentos; Fundo Constitucional de Financiamento do Norte.

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho estuda a aplicação dos recursos do FNO pelo Banco da Amazônia no Estado de Roraima, entre 2004 e 2008, através das agências instaladas nos municípios de Boa Vista e de Caracaraí. O objetivo é analisar: a) como vêm sendo aplicados no Estado de Roraima os financiamentos provenientes dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO); b) as destinações e absorções desses recursos entre todos os Estados da Região Norte; c) a distribuição espacial desses recursos; c) os setores produtivos mais diretamente assistidos e d) porque o Estado de Roraima absorve uma parcela tão pequena desses recursos.

O FNO, com suas atividades e área de abrangência, foi regulamentado pela Lei Federal nº 7.827, de 27/09/1989. O objetivo é contribuir com o desenvolvimento econômico da Região Norte. Sua operacionalização dá-se através do Banco da Amazônia (BASA), instituição financeira federal, de caráter regional, mediante a execução de programas de financiamentos voltados para os setores produtivos. Os recursos destinados ao FNO correspondem apenas a 0,6% do bolo tributário brasileiro. Há mais de uma década, o BASA investe os recursos do referido fundo em todos os Estados da Região Norte, prioritariamente no setor agropecuário.

A localização do Estado de Roraima é privilegiada pela proximidade com a Venezuela. Este país é grande importador de produtos agropecuários, como soja e madeiras. Os produtos vindos do Centro-Oeste e transportados pelo Porto de Paranaguá (Paraná) possuem custos elevados, comparativamente aos de Roraima. Seus produtos são transportados pelo porto da cidade de Puerto Ordaz, na Venezuela, ou pelo Porto de Itacoatiara (Amazonas). Ambos os casos possibilitam acesso competitivo de Roraima aos mercados internacionais da América Central, Caribe, EUA e Europa.<sup>4</sup>

Para atingir os objetivos deste trabalho, utilizar-se-á o referencial teórico da teoria da base econômica. Além das exportações, ela considera também todo o afluxo de renda de fora da região para explicar o dinamismo regional; são exemplos os capitais de risco e de empréstimo, as transferências governamentais e as doações financeiras. A teoria passou a ser considerada como um instrumento de

análise dos efeitos de um acréscimo exógeno e autônomo da procura sobre o nível de atividade econômica de uma região, estabelecendo uma dicotomia entre as atividades de exportação e as de mercado local. As primeiras independem da renda interna e são fundamentais para o crescimento regional (SOUZA, 1982). Os recursos do FNO são importantes afluxos de renda como estabelece a teoria da base; e, desde o início da década de 1990, eles vêm sendo internalizados em todos os Estados da Amazônia brasileira.

## 2 ABORDAGENS DA TEORIA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

Como explica a teoria da localização, as atividades produtivas tenderam a se concentrar na fonte das matérias primas e dos mercados. A localização das indústrias depende dos custos com transporte e da disponibilidade de água e mão-de-obra. Aos poucos, com a concentração urbana, perda de peso dos produtos e surgimento de matérias primas mais leves, as atividades econômicas tenderam a se concentrar nas grandes cidades. O crescimento econômico ocorreu de forma muito desigual entre as regiões no interior de um mesmo país.

O subdesenvolvimento tornou-se uma preocupação dos economistas, assim como as desigualdades regionais. Nurkse (1957) desenvolveu o seu modelo de crescimento respaldado na necessidade de romper com o círculo vicioso da pobreza, mal fundamental do subdesenvolvimento. Ele o descreve pelo lado da oferta: o baixo nível de renda da população restringe o volume da poupança, tornando-se a causa da escassez do capital e do baixo coeficiente de produtividade. Estes reduzem ainda mais a renda *per capita*. Quanto à demanda, o baixo nível de renda é responsável pelo limitado poder aquisitivo, o que gera uma reduzida propensão a investir, tendo como conseqüência o baixo nível da renda real, fechando o círculo vicioso do subdesenvolvimento.

Embora o crescimento econômico possa apoiar-se na renda das elites, no longo prazo a acumulação de capital será bloqueada pela pobreza das classes assalariadas e pelo aumento do número de desempregados. O estímulo ao investimento restringe-se pelo tamanho do mercado interno. Sua pequena dimensão

eleva os custos médios e inviabiliza a produção de certos bens. Assim, as oportunidades de serem encontrados investimentos rentáveis mostram-se diminutas (SOUZA, 2005).

A situação das regiões pobres, nas economias subdesenvolvidas, torna mais real ainda o círculo vicioso da pobreza de Nurkse (1957). A pobreza e o baixo nível de demanda da maioria da população emperram o desenvolvimento dos setores produtivos. Nessas regiões, não se encontram disponíveis, em volume suficiente, capitais, pacotes de inovações e empresários aptos e dispostos a assumir riscos.

Para romper com o círculo vicioso do subdesenvolvimento, Nurkse (1957) propôs um ataque frontal com investimentos em todos os setores simultaneamente. Hirschman (1961) não considera esse modelo adequado por exigir um volume de recursos que não se encontra disponível nos países pobres. Ele prefere o crescimento desequilibrado em favor de poucos setores chave, capazes de criar economias externas. No longo prazo, o próprio mercado promoverá um crescimento mais equilibrado. Além disso, o desequilíbrio é o que sinaliza onde investir.

Os países subdesenvolvidos tendem a dispersar os investimentos nas regiões e setores; diante disso, Hirschman considera essencial para orientação do crescimento pelo Estado. Ele deve privilegiar projetos que produzam efeitos favoráveis para reduzir as disparidades regionais, sempre que a iniciativa privada for incipiente.

Além de investimentos em infraestruturas, o Estado deve incentivar projetos e atividades diretamente produtivas, bem como em áreas especiais, como educação, agricultura, energia, água, transporte e habitação. A escolha dos projetos a serem executados em primeiro lugar é vital, já que os recursos são escassos; a preferência deve recair sobre aqueles projetos com a maior taxa de retorno, direta e indireta.

### **3 TEORIA DOS PÓLOS DE CRESCIMENTO**

A teoria dos pólos surgiu pela observação de que o crescimento econômico se inicia de forma desigual em algumas regiões principais. Perroux (1967) estudou a concentração industrial na França, em torno de Paris, e na Alemanha, no vale do

Ruhr. Ele identificou que os pólos industriais de crescimento podem surgir em torno de aglomerações urbanas ou próximas a fontes de matérias primas ou em torno de locais de passagens e fluxos comerciais significativos.

Boudeville (1970) dá destaque a instrumentos de política econômica, para harmonização do crescimento, como meios de orientação dos pólos. A integração do território nacional é um objetivo essencial de política para elevar o nível de vida das regiões mais pobres.

Pela teoria dos pólos, o crescimento econômico difunde-se no longo prazo do centro para a periferia; inicialmente, ele se mantém concentrado espacialmente em alguns centros urbanos, principalmente nas regiões subdesenvolvidas. Souza argumentou que, na ausência de políticas públicas as disparidades regionais tendem a aumentar, pois *“enquanto a região central cresce com altas taxas, as demais permanecem estagnadas e perdem participação no produto nacional”* (SOUZA, 2009, p. 137).

O Brasil vem adotando políticas de desenvolvimento regional, como os incentivos da Zona Franca de Manaus. Nessa capital, intensificaram-se os investimentos em infraestruturas e em novas indústrias, aumentando a demanda de mão-de-obra; houve atração de trabalhadores de outros Estados e dos próprios municípios amazonenses que sofriam com a estagnação econômica. Em função disso, a população de Manaus subiu 24,3% da população total do Estado em 1960, para 49,9% em 2000 (IBGE, 2002).

Segundo Botelho (2006), não existe *clusters* em Manaus fortemente conectados. Ele aponta uma série de justificativas, entre as quais o baixo nível de capacitação tecnológica, principalmente em termos de inovação; nítida assimetria entre a formação educacional, a estrutura familiar e a história social dos trabalhadores do chão de fábrica *versus* alta administração das empresas de origem sulista e o fato de somente agora empresas líderes de Manaus trabalharem no desenvolvimento de fornecedores locais.

#### 4 BASE EXPORTADORA E BASE ECONÔMICA

Os primeiros estudos sobre a base econômica foram realizados nos EUA, nos anos de 1920, no contexto da economia urbana. A idéia central de Homer Hoyt era de que as economias urbanas regionais sendo por definição abertas, a procura externa por seus produtos seria fundamental para o crescimento. No início do processo, a região possui um volume de produção que satisfaz o mercado interno. Com o crescimento da exportação, a produção da área irá crescer; havendo capacidade ociosa, é possível exportar e atender a demanda local. Em caso contrário, o crescimento das exportações deslocará os recursos produtivos do setor de mercado interno e não haverá efeito positivo na expansão do produto regional total (SOUZA, 1980).

Douglas North observou que o crescimento das regiões americanas ocorreu pela exportação de alguns produtos básicos, como trigo e madeiras. Segundo ele, as teorias da localização e do crescimento por etapas não foram adequadas para explicar a dinâmica de crescimento das regiões norte americanas; que a explicação do dinamismo dessas regiões está na base exportadora: *“uma região pode crescer tanto pela expansão da demanda de seus bens de exportação, como pelo aumento da renda da região ou por mudança dos gostos.”* Assim, a redução dos custos de transporte ou de produção dos bens exportados promoverá o desenvolvimento regional (NORTH, 1977).

Desse modo, essas atividades de exportação passaram a ser consideradas básicas: uma variação no emprego básico (setor exportador) gera uma variação mais do que proporcional no emprego não básico (setor de mercado interno). Com o tempo, esta teoria passou do nível regional para o nacional. A teoria da base de exportação, em resumo, avalia os impactos dos fluxos de bens e serviços entre a região e o resto do mundo sobre a economia local (SOUZA, 1980).

Souza (2009) considera que um dos fundamentos da teoria da base de exportação são as economias de escala geradas pela produção para um mercado mais amplo do que aquele delimitado pelas fronteiras regionais. Uma pequena região não poderia produzir tudo o que a sua população necessita consumir. Assim, torna-se necessário obter recursos para importar bens e serviços de outras regiões

do sistema nacional e do exterior. Ademais, à medida que as regiões se industrializam, aumenta a necessidade de importar novas máquinas e insumos. Se a região não for capaz de aumentar suas exportações, para poder importar, ela poderá comprometer o próprio crescimento futuro.

A intensificação da produção para exportação, o afluxo de capital externo de risco e de empréstimo aumenta os investimentos, o que intensifica o uso de recursos naturais e humanos ociosos. O mercado interno se expande e gera economias de aglomeração nos centros urbanos, acelerando o crescimento econômico global. Com o tempo, a região torna-se especializada em produtos diferentes daqueles de sua dotação inicial de recursos naturais e os exporta, dinamizando o setor de mercado interno.

As principais vantagens da base e exportadora são: a) complementa o mercado interno e reduz a capacidade ociosa; b) gera economias de escala, dilui os custos fixos e reduz os custos médios; c) aumenta a eficiência produtiva interna pela concorrência externa, o que leva à especialização e à manutenção de elevados padrões de eficiência e de competitividade; d) melhora o aproveitamento dos recursos disponíveis e aumenta o uso dos recursos, como terra, minerais, mão-de-obra, empresariado e capitais; e) expande o mercado interno via multiplicadores de renda e emprego e interdependências tecnológicas. Isso ocorre pela demanda de serviços e pela compra de insumos de bens de capital produzidos pelo setor de mercado interno (SOUZA, 2002, p. 6).

O conceito de base econômica é mais amplo do que o de base exportadora, por obrigar todas as inter-relações da economia regional, incluindo os fluxos monetários entre a região e o resto do mundo. Assim, além das exportações, a base inclui ainda os pagamentos dos fatores, os movimentos de capitais e as transferências de renda da região. A hipótese central é que as atividades básicas constituem a chave do crescimento regional, realçando o papel dos fatores exógenos, relacionados com o lado da procura, na explicação do crescimento regional. A taxa de crescimento do produto regional é determinada pela taxa de crescimento das variáveis exógenas do modelo.

Todavia, à medida que a industrialização interna se acelera, as exportações deixam de explicar sozinha a formação da renda interna. Surgem outras variáveis, como o nível de investimentos nas atividades locais, as construções residenciais, o nível de gastos do governo local, etc. O mercado regional, mesmo muito pequeno, sempre irá atrair algumas empresas a se localizarem em função dele; as economias externas resultantes da justaposição espacial de indústrias e da concentração da população podem ser fatores essenciais na explicação do crescimento regional (SOUZA, 1980).

## **5 OS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL**

Os desequilíbrios no desenvolvimento das regiões mais atrasadas afetam o crescimento do país. O Brasil conviveu ao longo de várias décadas com essa realidade. As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste não tinham como se desenvolver, apenas com o respaldo das leis de mercado. O processo de crescimento da economia brasileira concentrava-se nas regiões Sul e Sudeste, com ênfase no Estado de São Paulo, gerando sérias desigualdades nas demais regiões do país.

A partir da década de 1950 a Amazônia experimentou grandes mudanças, com o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, para ocupar a Região de forma planejada. Foram criados institutos de pesquisa, redes de comunicação, aeroportos, instituições financeiras. A construção da rodovia Belém-Brasília foi um passo importante na integração do Norte com as demais regiões brasileiras. O fluxo migratório, a partir desse marco, experimentou significativo incremento. Surgiram povoados e vários municípios. As políticas de incentivos fiscais concedidos pelo Estado concorreram para aumentar o volume de investimentos aplicados na região.

Em maio de 1966, após satisfatória experiência vivenciada com a criação da SUDENE em 1959, o Governo Federal implantou idêntico modelo na Amazônia, criando a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), com a finalidade de planejar, coordenar o fomentar o desenvolvimento da Região, aliado ao plano estratégico de política de segurança nacional de “integrar para não entregar”.

Com a Reforma Administrativa de 1967, as instituições comprometidas com projetos de desenvolvimento regional passaram a integrar o então Ministério do Interior. Nesse mesmo ano foi criada a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), com o objetivo de fomentar e promover, com a área de livre comércio, o desenvolvimento da Amazônia Ocidental. Considerável soma de recursos foram atraídos para o Estado do Amazonas.

Na Amazônia, com recursos do Plano de Integração Nacional, pôde-se construir a rodovia Transamazônica e a rodovia Cuiabá-Santarém, para interligar o Norte com o Nordeste. Havia expectativa de que a Amazônia pudesse ser ocupada pelos nordestinos. Concomitante a esse programa, surgiu em 1974 o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA).

Esses programas não alavancaram o desenvolvimento integrado e sustentável do Norte. Segundo Neto *apud* Oliveira (2005), eles pouco contribuíram para transformar essas regiões. A maioria deles fracassou pela descontinuidade, falta de recursos e a ampla dimensão espacial dos projetos, difíceis de operar. A crise econômica da década de 1980, agravada pelo descontrole fiscal, descontinuou os projetos para a Região Norte. O desenvolvimento das regiões menos favorecidas ficou relegado a um plano secundário. Em 1988, a Constituição Federal ofereceu novo alento à problemática, propondo mecanismos compensatórios para minimizar as diferenças de desenvolvimento econômico existentes.

## **6 O FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE COMO INSTRUMENTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Foi nesse novo ambiente que surgiu a idéia de criação dos Fundos Constitucionais de Financiamento, um para cada região menos desenvolvida do País.<sup>5</sup> A política de desenvolvimento regional, fundamentada nesses Fundos, tem como preocupação maior corrigir os desequilíbrios regionais, garantindo às regiões mais pobres recursos necessários ao seu crescimento e à melhoria das condições sociais de sua população e, dessa forma, contribuir para o crescimento nacional.

A Lei nº 7827, de 27/9/89, alterada pela Lei nº 9126, de 10/11/95, regulamentou o artigo que instituiu os Fundos Constitucionais. A Região Norte recebeu o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), para financiar os setores produtivos privados. Os recursos do FNO são provenientes de 0,6% da arrecadação do IR e do IPI e são administrados pelo Banco da Amazônia (BASA).<sup>6</sup>

Contudo, o FNO constitui importante instrumento de apoio ao desenvolvimento regional. Essa modalidade de crédito direciona-se ao melhor aproveitamento dos recursos produtivos locais e ao incremento das potencialidades regionais. Embora não possa ser considerado irrelevante, o montante de recursos mobilizados pelo FNO é insuficiente para fazer frente aos problemas da região; tampouco, ele é capaz de sustentar, isoladamente, uma política nacional de desenvolvimento regional.

As orientações do Governo Federal ao BASA estão contidas nas políticas e programas voltados à Amazônia, como o Plano Plurianual, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, o Plano Amazônia Sustentável, o Programa de Aceleração do Crescimento, a Política Nacional de Agricultura Familiar, a Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais e o Plano Nacional de Turismo.

O Poder Público continua sendo o maior responsável pela manutenção da atividade econômica do Estado de Roraima. A fonte mais expressiva desses recursos, fruto da partilha constitucional do bolo tributário, são os repasses feitos pela União, com as regulares transferências do Fundo de Participação dos Estados e Municípios. Também, através das parcerias celebradas com outras entidades da Federação, consegue incrementar seu orçamento anual. Dentre outras parcerias, o Banco da Amazônia tem registrado sua participação, alocando recursos que, lamentavelmente, não estão sendo absorvidos em projetos que possam alavancar o desenvolvimento do Estado.

Em 2008, o patrimônio do Fundo atingiu R\$ 8,9 bilhões. Nesse ano, foi destinado a Roraima R\$ 199 milhões (BASA-FNO, 2008), para financiar as atividades econômicas, sendo 81% direcionados para a agropecuária. Contudo, nem todos esses recursos foram realmente aplicados. Não é racional abrir mão desses relevantes aportes. Ademais, é fundamental que os investimentos sejam implementados em sintonia com a questão ambiental, principalmente quando se trata da ampliação da capacidade produtiva e da integração aos mercados nacional

e internacional (XIMENES, 1997).

A partir do advento da Lei Federal nº 4.771/65, com a instituição do Código Florestal e a implementação da Lei 6.938/81, em que se estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente, com o objetivo geral de preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, começou a ser disseminada no Brasil a ideia de desenvolvimento sustentável, o que vem ocupando, ultimamente, significativo espaço em eventos promovidos por organismos nacionais e internacionais.

Passados os primeiros 20 anos de sua implementação, o FNO continua sendo a fonte mais relevante de recursos financeiros estáveis para a Região Norte. O BASA objetiva apoiar novos centros, atividades e pólos dinâmicos, notadamente no interior; prioriza os pequenos produtores e associações rurais, cooperativas e pequenas empresas urbanas; apóia a produção de alimentos básicos, projetos de irrigação, a utilização de matérias primas e mão-de-obra locais e o uso de tecnologias que priorizem a preservação do meio ambiente. Ele realiza ações integradas com instituições federais, estaduais, municipais e outras representativas dos setores produtivos, sediadas na Região, para o fortalecimento de parcerias, necessárias à correta aplicação do crédito.

O BASA coordena parcerias com instituições públicas e privadas atuantes na economia amazônica, mediante o Plano de Aplicação dos Recursos do FNO. Nessa proposta, o Banco expõe seus objetivos de promover o desenvolvimento regional em bases sustentáveis, reduzir as desigualdades regionais, promover a inclusão social, reduzir a pobreza e melhorar a qualidade de vida da população.

A Tabela 1 mostra a distribuição desses recursos entre os Estados da Região Norte, entre 2004 e 2008, com os valores alocados, utilizados e não utilizados, com o respectivo percentual de absorção.

**Tabela 1 – Recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte alocados e utilizados nos Estados da Região Norte, 2004/2008 (R\$ milhões)**

Estados	Alocados (A)		Utilizados (B)		Não utilizados (C)	
	Valor	%	Valor	%	Valor (C)	C/A (%)
Acre	666	10,0	343	5,3	323	48,5
Amapá	666	10,0	47	0,7	619	92,9
Amazonas	999	15,0	1.039	16,1	-40	-4,0
Pará	1.662	25,0	2.463	38,2	-801	-48,2
Rondônia	999	15,0	927	14,4	72	7,2
Roraima	666	10,0	163	2,5	503	75,5
Tocantins	999	15,0	1.467	22,7	-468	-46,8
<b>Total</b>	<b>6.657</b>	<b>100,0</b>	<b>6.449</b>	<b>100,0</b>	<b>208</b>	<b>3,1</b>

Fonte: Banco da Amazônia – Plano de Aplicações dos Recursos e Relatórios das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - 2004/2008, adaptado.

Em termos percentuais, o Amapá foi o Estado que menos utilizou os recursos recebidos do FNO. Foram alocados R\$ 666 milhões e utilizados apenas R\$ 47 milhões (6,9%), ou seja, 92,9% dos recursos recebidos não foram utilizados (R\$ 619 milhões). Em segundo lugar com baixa utilização dos recursos recebidos encontra-se Roraima. Alocados R\$ 666 milhões e utilizados R\$ 163; não foi aplicada a quantia de R\$ 503 milhões, ou 75,5%. Em terceiro lugar aparece o Estado do Acre, com R\$ 666 recebidos e apenas R\$ 343 utilizados (48,5% não utilizados). Isso indica a insuficiência de projetos rentáveis e/ou falta de capacidade de gerenciamento, por escassez de técnicos especializados nos Estados.

Rondônia deixou de aplicar apenas 7,2%, enquanto os demais conseguiram financiar valores acima da dotação estabelecida; o Pará aplicou 48,2% a mais do que recebeu; o Estado de Tocantins 46,8% e o Estado do Amazonas 4%. Entretanto, dos recursos totais orçados para 2004 a 2008, que atingiram R\$ 6.657 milhões, não houve excesso de demanda; com os remanejamentos ocorridos para outros estados da região, restou consumido o percentual de 96,9%, ou seja, R\$ 6.449 milhões (3,1% não foi absorvido).

## 7 APLICAÇÕES DO FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE NO ESTADO DE RORAIMA POR MUNICÍPIO

O PIB de Roraima evoluiu de R\$ 2,8 bilhões em 2004, para R\$ R\$ 4,9 bilhões em 2008, a preços de mercado (crescimento nominal de 73,9%). O BASA disponibilizou ao Estado recursos do FNO de R\$ 79 milhões, em 2004, para R\$ 200 milhões, em 2008 (incremento nominal de 153,2%). Lamenta-se, todavia, que esses recursos não tenham sido aproveitados integralmente no Estado, como o Banco esperava.

As operações realizadas pelo Fundo em Roraima passaram de R\$ 28,1 milhões em 2004, para R\$ 32,9 milhões em 2008 (+ 17,0%). Nesse período, foram aplicados R\$ 162,7 milhões no Estado (Tabela 2), do total de R\$ 666 milhões alocados no período.

**Tabela 2 – Aplicações do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte por município do Estado de Roraima, 2004/2008 (R\$ mil)**

Municípios	2004	2005	2006	2007	2008	2004/08	%
Alto Alegre	5.616	4.814	1.018	1.229	1.226	13.903	8,5
Amajari	1.617	2.716	1.340	822	546	7.041	4,3
Boa Vista	8.896	16.476	10.032	4.806	19.134	59.344	36,5
Bonfim	2.601	10.440	1.422	1.276	588	16.327	10,0
Cantá	627	1.462	2.048	4.036	4.613	12.986	8,0
Caracaráí	3.118	4.326	3.588	982	900	12.914	7,9
Caroebe	895	2.346	1.387	777	896	6.301	3,9
Iracema	502	1.603	4.818	1.453	499	8.875	5,5
Mucajaí	1.524	2.632	3.450	1.666	1.480	10.752	6,6
Normandia	404	-	762	279	52	1.497	0,9
Pacaraima	-	-	-	-	-	0	0,0
Rorainópolis	1.209	2.984	993	216	566	5.968	3,7
São João Baliza	320	594	242	491	2.032	3.679	2,3
São Luiz Anauá	743	844	594	638	381	3.200	2,0
Uiramutã	-	88	-	-	-	88	0,1
TOTAL	28.072	51.325	31.694	18.671	32.913	162.673	100

Fonte: Banco da Amazônia – Relatórios das atividades desenvolvidas e dos resultados obtidos pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – anos de 2006/2008, adaptado.

O Município de Boa Vista, com 266.901 habitantes em 2010, recebeu 36,5% dos recursos do FNO absorvidos por Roraima entre 2004/2008 (Tabela 2). Seu PIB é de R\$ 3,04 bilhões (72,8% do PIB estadual).<sup>7</sup> A capital localiza-se no centro-leste do Estado, às margens do Rio Branco, o mais importante rio da região. Ocupa uma área de 5.687 km<sup>2</sup> (2,54 % da área do Estado, de 224.299 km). Sua economia sustenta-se nos serviços administrativos estaduais, seguindo-se o setor comercial, a produção pecuária, soja, milho e arroz de sequeiro. Na indústria, os setores mais importantes são madeiras, metalurgia, olarias, cerâmica, alimentos e construção civil.

O Município de Bonfim, com 10.726 habitantes, recebeu 10% dos recursos do FNO absorvidos por Roraima entre 2004/2008. Sua participação no PIB do Estado é de 1,97% (6º lugar). A sede municipal localiza-se na microrregião Nordeste. O Município ocupa uma área de 8.095 km<sup>2</sup> (3,61% da área do Estado). O potencial produtivo do Município concentra-se nas colônias agrícolas de Cercadinho, Nova Esperança, São Francisco e Taboca, destacando-se as culturas de arroz irrigado, milho, mandioca e abóbora. O Município possui grande potencial para a soja, melancia, acerola e maracujá, bem como para a pecuária de corte, de caráter extensivo.

O Município de Alto Alegre, com 14.205 habitantes, recebeu 8,5% dos recursos do FNO do período. A sede municipal localiza-se no leste do Estado, na microrregião Boa Vista. Ocupa uma área de 25.566 km<sup>2</sup>, ou 11,4 % da área do Estado. Destaca-se a produção de soja, mandioca, milho, banana, pecuária bovina, aves, suínos, eqüinos, caprinos, mel, leite e ovos. Dada às boas condições do solo, o Município possui relevante potencial agrícola, em especial a região do Taiano, onde existe grande mancha de terra roxa, própria para a agricultura.

O Município do Cantá, com uma população de 11.942 habitantes, recebeu 8% dos recursos do FNO do período. A participação no PIB do Estado é de 2,3% (6º lugar). A cidade localiza-se na microrregião Nordeste. Ocupa uma área de 7.665 km<sup>2</sup> (3,42% da área do Estado). O Município produz arroz, milho, mandioca, abacaxi e banana, além das culturas permanentes de cupuaçu, coco e cítricos. Apresenta possibilidades de produção de gado de leite e de corte. O potencial produtivo está concentrado nas colônias agrícolas Confiança III e Serra Grande I e II.

O Município de Caracaráí, com 19.235 habitantes, absorveu 7,9% dos recursos do FNO do período. Seu PIB é de 3,1% do PIB estadual (3º no *rank* estadual). A sede municipal localiza-se na microrregião Caracaráí. Com uma área de 47.411 km<sup>2</sup> (21,1% da área do Estado), o Município produz arroz, feijão, milho, mandioca, pastagens e pesca (maior produtor do Estado). Existem perspectivas favoráveis para culturas como abacaxi, maracujá e melancia.

O Município de Mucajai, com 13.188 habitantes, recebeu 6,6% dos recursos do FNO do período. Sua participação no PIB do Estado é de 2,48% (5º no PIB de Roraima). A sede municipal localiza-se na microrregião Caracaráí. Com uma área de 12.751 km<sup>2</sup> (5% da área do Estado), o Município produz arroz, mandioca, tomate, banana, milho, bovinos, aves, suínos, eqüinos, mel, leite e ovos.

O Município de Iracema, com uma população de 6.250 habitantes, recebeu 5,5% dos recursos do FNO do período. Sua participação relativa no PIB do Estado é de 1,23% (12º lugar). A sede municipal localiza-se no Norte, na microrregião Caracaráí. Ocupa uma área de 14.119 km<sup>2</sup> (6,29% do Estado). Destaca-se a produção de mandioca, banana, milho, arroz, bovinos, avicultura, suinocultura, leite, ovos e mel.

O Município de Amajari, com 7.856 habitantes, recebeu 4,3% dos recursos do FNO do período. Sua participação no PIB do Estado é de 1,27% (11º lugar). A sede municipal localiza-se no Norte, na microrregião Boa Vista. Com área de 28.472 km<sup>2</sup> (12,7% do Estado), o Município produz arroz, milho, mandioca, banana, gado, caprinos, suíno, aves, leite, ovos, mel e peixes (área de mata). Potencial para turismo (serra do Tepequém), produção de café, cupuaçu e leite.

O Município de Caroebe, com 7.569 habitantes, recebeu 3,9% dos recursos do FNO do período. A participação no PIB do Estado é de 1,4% (10º lugar). A sede municipal localiza-se no Sudeste do Estado. O Município, ocupando uma área de 12.065 km<sup>2</sup> (5,4% do Estado), produz mandioca, banana, milho, arroz, gado, aves e suínos, além de extrair madeira em tora, lenha e carvão vegetal.

O Município de Rorainópolis, com 26.646 habitantes, recebeu 3,7% dos recursos do FNO do período. Sua participação no PIB do Estado é de 4,1% (2º lugar). A sede municipal localiza-se no Sul, na microrregião Sudeste. Ocupa uma área de 33.507 km<sup>2</sup> (14,97% do total do Estado). O Município produz mandioca,

banana, milho, arroz, gado, aves, suínos, leite, ovos e mel.

O Município de São João da Baliza, com 6.028 habitantes, recebeu 2,3% dos recursos do FNO do período. Sua participação relativa no PIB do Estado é de 1,1% (13ª lugar). A sede municipal localiza-se na Microrregião Sudeste. Ocupa uma área de 4.284,12 km<sup>2</sup> (1,91% do Estado). O Município produz banana, mandioca, arroz, aves, bovinos, leite, ovos e mel.

O Município de São Luiz do Anauá, com 5.979 habitantes, recebeu 2% dos recursos do FNO do período. A participação no PIB do Estado é de 1% (14º lugar). A sede municipal localiza-se na microrregião Sudeste. Ocupa uma área de 1.527 km<sup>2</sup> (0,68% do Estado). O Município produz mandioca, banana, gado, aves, suínos, leite, ovos e mel. Madeiras e castanha do Pará são os produtos mais destacados do extrativismo vegetal.

O Município de Normandia, com 7.527 habitantes, recebeu apenas 0,9% dos recursos do FNO do período. Sua participação no PIB do Estado é de 1,58% (9º lugar). A sede municipal localiza-se na microrregião Nordeste. O Município ocupa uma área de 6.967 km<sup>2</sup> (3,1% do Estado). Produz arroz, milho, feijão, mandioca, melancia, tomate, gado, aves, leite, ovos e mel.

O Município de Uiramutã, com 7.934 habitantes, recebeu apenas 0,1% dos recursos do FNO do período. Sua participação no PIB do Estado é de 0,95% (15º lugar). A sede municipal localiza-se na microrregião Nordeste. Ocupa uma área de 8.065 km<sup>2</sup> (3,6% do Estado). O Município, instalado na área da Reserva Indígena Raposa-Serra do Sol, é rico em ouro e diamante. Apresenta potencialidades para a pecuária e cultivo de culturas tradicionais; pelas belezas naturais, poderá tornar-se importante pólo turístico, sendo essa sua principal vocação econômica.

O Município de Pacaraima, não recebeu recursos do FNO no período. Sua participação no PIB do Estado é de 1,9% (8º lugar). A sede municipal localiza-se na microrregião Boa Vista. Ocupa uma área de 8.028 km<sup>2</sup> (3,6% do Estado). A produção agrícola é diversificada: morango, mamão, maracujá, tomate, pimentão, couve-flor, cenoura, chuchu, beterraba e repolho. O clima é favorável para hortaliças e plantas ornamentais. Nas comunidades indígenas concentra-se a produção de gado de corte. Grande potencial turístico: Pedra Pintada, Cachoeira do Macaco, Pedra do Perdiz, Monte Roraima, aldeias, artesanatos indígenas e cavalos

selvagens.

## 7 RESULTADOS SOCIOECONÔMICOS

Dos R\$ 666 milhões alocados para Roraima, entre 2004 e 2008, apenas R\$ 163 milhões foram investidos no Estado. O setor agropecuário foi o mais beneficiado, tendo em vista sua maior presença em todos os municípios, com R\$ 122,38 milhões contratados, ou 75,2% do total (Tabela 3). A seguir, o destaque é para os Serviços (R\$ 12,96 milhões, ou 8%); Comércio e Transporte (R\$ 9,43 milhões, ou 5,8%); Construção Civil (R\$ 6,74 milhões, ou 4,1%) e Outras indústrias (R\$ 6,27 milhões, ou 3,9%).

**Tabela 3 – Distribuição setorial dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, 2004/2008 (R\$ milhão)**

Setores Produtivos	Valor Contratado	%
Agropecuária	122,38	75,2
Agroindústria	4,44	2,7
Outras indústrias	6,27	3,9
Infraestrutura	0,46	0,3
Construção Civil	6,74	4,1
Comércio e Transporte	9,43	5,8
Serviços	12,96	8,0
Total	162,68	100,0

Fonte: Banco da Amazônia – Relatório das atividades desenvolvidas e dos resultados obtidos pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - 2004/ 2008. Adaptado.

As Tabelas 4 e 5 registram as operações contratadas e o volume de recursos do FNO operacionalizados em Roraima no período, distribuídos segundo o porte dos beneficiários, para o meio rural e para o setor urbano. Em termos de quantidade de operações (Q), predominam no meio rural as tomadas pelos mini produtores e pela agricultura familiar, com 4.301 e 3.706 operações, respectivamente. Quanto à liberação de recursos, a concentração situou-se nos micro produtores, com R\$ 58,29

milhões, e nos grandes produtores, com R\$ 36,44 milhões.

**Tabela 4 – Aplicações do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte no meio rural, segundo o porte do produtor, 2004/2008 (R\$ milhão)**

Anos	Agricultura familiar		Micro produtor		Pequeno produtor		Médio produtor		Grande produtor		Total	
	Q	R\$	Q	R\$	Q	R\$	Q	R\$	Q	R\$	Q	R\$
2004	-	-	432	5,60	26	1,43	44	9,24	11	8,81	513	25,08
2005	-	-	1.106	20,20	34	1,80	27	5,05	18	23,33	1.185	50,38
2006	-	-	970	21,08	30	1,75	33	3,28	6	1,68	1.039	27,79
2007	794	1,14	1.662	8,66	43	2,33	26	3,31	6	1,48	2.531	16,92
2008	2912	4,61	131	2,75	38	3,13	23	3,96	2	1,14	3.106	15,59
Total	3.706	5,75	4.301	58,29	171	10,44	153	24,84	43	36,44	8.374	135,76

Fonte: Banco da Amazônia – Planilhas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte disponibilizadas pela Gerência de Suporte Operacional – GESOP – 2004/2008, adaptado.

Quanto aos recursos operacionalizados no setor urbano, o maior volume de operações (Q) concentrou-se nas pequenas e microempresas, 64 e 52 operações, respectivamente. No que se referem aos recursos liberados, os maiores tomadores de empréstimos foram as médias e pequenas empresas, com um volume de recursos tomados de R\$ 12,27 milhões e R\$ 7,50 milhões.

**Tabela 5 – Aplicações do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte setor urbano segundo o porte do produtor, 2004/2008 (R\$ milhões)**

Anos	Micro		Pequeno		Médio		Grande		Total	
	Q	R\$	Q	R\$	Q	R\$	Q	R\$	Q	R\$
2004	10	0,76	20	2,15	1	0,34	-	-	31	3,25
2005	8	0,53	4	0,32	1	0,15	-	-	13	1,00
2006	13	0,70	11	1,08	3	1,82	-	-	27	3,60
2007	14	0,89	7	0,87	-	-	-	-	21	1,76
2008	7	0,30	22	3,08	3	9,96	1	3,96	33	17,30
Total	52	3,18	64	7,50	8	12,27	1	3,96	125	26,91

Fonte: Banco da Amazônia – Planilhas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte disponibilizadas pela Gerência de Suporte Operacional – GESOP – 2004/2008, adaptado.

Em 2007, foram aplicados em Roraima R\$ 18,671 milhões e, em 2008, R\$ 32,913 milhões. A Tabela 6 mostra os impactos desses investimentos sobre as principais variáveis macroeconômicas. A quantia de R\$ 18,671 milhões aplicada em 2007 gerou um acréscimo de R\$ 18,083 milhões no PIB de Roraima naquele ano, segundo cálculos dos técnicos do Banco da Amazônia; ou seja, um real aplicado gerou um aumento de R\$ 0,97 no PIB. Esse impacto foi bem maior em 2008: R\$ 1,25. Neste último ano, o impacto foi bem maior em todas as variáveis. Em relação ao emprego, em 2007, um real aplicado gerou 0,09 postos de trabalho, quantia que subiu para 0,14 em 2008.

**Tabela 6 - Efeitos da aplicação do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte em Roraima em 2007 (R\$ 18,66 milhões) e em 2008 (R\$ 32,913 milhões)**

Variáveis (X)	2007	X/18,66	2008	X/32,91
PIB	18,083	0,97	41,203	1,25
VBP	40,489	2,17	87,648	2,66
Tributos	3,347	0,18	12,353	0,38
Salários	3,797	0,20	9,017	0,27
N. de empregados	1,656	0,09	4,446	0,14

Fonte: Banco da Amazônia S.A - Gerência de Estratégia e Organização – GEREO, adaptado.

O Banco também calculou os impactos por setor de atividade, para 2008. Dos R\$ 32,913 milhões aplicados em 2008, a parcela que coube aos Serviços e à Agropecuária exerceram o maior impacto sobre o PIB: cada real aplicado gerou um impacto sobre o PIB do Estado de 0,41 no caso dos Serviços e 0,33 pela Agropecuária. Os serviços também geraram o maior impacto sobre o emprego (0,06); enquanto a Agropecuária dividiu com o Comércio e os Transportes o impacto de 0,03. O Banco estima que os investimentos com recursos do Fundo geraram, em 2008, 4.445 postos de trabalho, uma massa salarial de R\$ 9.096 milhões e um montante de tributos de R\$ 12.353 milhões.

**Tabela 7 – Indicadores dos impactos setoriais das aplicações do FNO em Roraima no ano de 2008 sobre as variáveis macroeconômicas (R\$ 32,913 milhões)**

Setores produtivos	PIB	VBP	Tributos	Salários	Empregos
Agropecuária	0,33	0,74	0,05	0,03	0,03
Extrativa mineral e fóssil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agroindústria	0,03	0,09	0,02	0,01	0,00
Outras indústrias	0,08	0,19	0,05	0,01	0,00
Infraestrutura	0,09	0,18	0,05	0,01	0,00
Construção civil	0,06	0,11	0,01	0,00	0,00
Comércio/Transportes	0,25	0,53	0,06	0,07	0,03
Serviços	0,41	0,82	0,14	0,14	0,06
<b>Total</b>	<b>1,25</b>	<b>2,66</b>	<b>0,38</b>	<b>0,27</b>	<b>0,13</b>

Fonte: Banco da Amazônia S.A - Gerência de Estratégia e Organização - GEREIO. Adaptado.

Pode-se afirmar que os resultados seriam muito mais significativos ainda para Roraima se o crédito orçamentário aprovado e destinado ao Estado tivesse sido integralmente utilizado.

## **8 RECURSOS NÃO APLICADOS EM RORAIMA**

Em termos relativos, 2007 foi o ano de menor contratação (88,1%). Em termos absolutos a menor absorção foi em 2008. Dos 199,8 milhões alocados nesse ano, as agências do Banco em Boa Vista e Caracaraí deixaram de emprestar R\$ 166,9 milhões e, conseqüentemente, de possibilitar novos investimentos. Entre 2004 e 2008, os recursos não utilizados montaram a R\$ 503,1 milhões, deixando de causar impactos significativos no produto e no emprego de todo o Estado.

**Tabela 8 – Recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte alocados e aplicados no Estado de Roraima – 2004/2008 (R\$ milhões)**

Anos	Alocados (A)		Aplicados (B)		Não utilizados (C)/A (%)	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
2004	78,7	11,8	28,1	17,3	50,6	64,3
2005	94,0	14,1	51,0	31,4	43,0	45,7
2006	135,7	20,4	31,7	19,5	104,0	76,6
2007	157,4	23,6	18,8	11,6	138,6	88,1
2008	199,8	30,0	32,9	20,3	166,9	83,5
Total	665,6	100,0	162,5	100,0	503,1	75,6

Fonte: Banco da Amazônia – Plano de Aplicações dos Recursos e Relatórios das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, 2004/2008, adaptado.

Evidenciado ficou que Roraima tem deixado de contar com recursos da maior relevância pelos impactos econômicos que provoca, positivamente, na economia local e que, lamenta-se, não estão sendo criadas perspectivas para que esse quadro possa se reverter, mesmo num horizonte de longo prazo.

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi avaliar a utilização dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte entre 2004 e 2008, operados pelas agências que o Banco da Amazônia mantém em Roraima nos Municípios de Caracaraí e Boa Vista e verificar porque o Estado absorve uma parte tão pequena desses recursos.

Como observou Nurkse, as áreas subdesenvolvidas encontram-se desprovidas de capital em relação à sua população e aos recursos naturais, mantendo o círculo vicioso do subdesenvolvimento. Essa situação fica agravada quando a região não consegue absorver os recursos que lhe são colocados à disposição. O Poder Público Federal tem buscado atenuar as desigualdades regionais com programas como o FNO.

Porém, os critérios para distribuição orçamentária não guardam relação clara seja com o PIB *per capita*, ou com o IDH. Entre 2004 e 2008, o Estado de Roraima foi contemplado com apenas 10% dos recursos totais. Todavia, o Estado não conseguiu aplicar todos os recursos recebidos. Constata-se que, se o Estado não cresce ainda mais não é por falta de capital, mas por incapacidade de absorver os recursos que são colocados a disposição.

Os tomadores desses recursos em Roraima são, essencialmente, produtores envolvidos com a agricultura familiar e mini produtores rurais que, juntos, absorveram 95,6% das 8.374 operações contratadas e liberadas no período para o meio rural. O setor urbano recebeu realizou apenas 125 operações, ou 1,5% do total.

Verificou-se que a distribuição espacial dos financiamentos contratados em Roraima, não obedece a critério técnico. Respalda-se tão somente pela natural demanda dos tomadores de crédito. A capital Boa Vista é a mais beneficiada, com 36,5% dos recursos do FNO, seguindo-se pelos Municípios do Bonfim, com 10%, de Alto Alegre com 8,5% e Cantá, com 8%.

Os financiamentos concedidos entre 2004 e 2008 corresponderam apenas a 24,5% dos recursos disponibilizados, ou seja, R\$ 163 milhões, dos R\$ 666 milhões alocados para essa finalidade. Ainda assim, mesmo com o pouco valor investido, verificou-se a ocorrência de benefícios socioeconômicos proporcionados à população do Estado, em termos de impacto no PIB, emprego, renda e arrecadação tributária. Sugere-se que o Banco da Amazônia instale novas agências no interior do Estado. Sua presença física nessas cidades facilitará o acesso ao crédito, criando emprego e renda nos locais.

As causas dessa baixa absorção dos recursos alocados pelo FNO são: presença do Banco somente em Boa Vista e em Caracaraí; falta de titulação fundiária, dificultando a celebração de contratos; centralização do poder decisório das operações fora do Estado; carência de bons projetos; excesso de burocracia na apreciação dos pleitos; demora para atendimento dos pedidos de financiamentos; falta de capacidade de gerenciamento, de iniciativa e de conhecimento dos potenciais demandantes de crédito.

## ABSTRACT

This article evaluates the use of resources for the Constitutional Fund for the North in the State of Roraima, between 2004 and 2008. Also compares the amount of those resources to Roraima with other states for the Northern Region. We analyzed the available resources for the state and effectiveness of their employment, compared flagged the potential for the 15 municipalities of Roraima. We investigated the low level of absorption of these funds earmarked for investment over the five years covered by the survey. The theoretical basis of the study involved ideas about the vicious circle of poverty and basic economic theory. In the period, only R\$ 163 million were used from R\$ 666 million available (25% of total). Among the causes of low absorption are: absence of the Bank's presence in 87% of municipalities, lack of land tenure, power centralization of operations outside the state; excessive bureaucracy in the assessment of claims, lack of good projects and deficiencies in project management, lack of initiative and lack of availability of these resources. Still, in 2008, every R\$ 1.00 of fund applied in Roraima expanded GIP for R\$ 1.25, and generating 0.14 new jobs.

**Keywords:** Regional Development; Financing; Constitutional Financing Fund of North.

**JEL Classification:** R11, Regional economic activity: growth, development, and changes.

## NOTAS

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Contabilidade da UFRR. Mestre em Economia pela UFRGS.

<sup>2</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, UFRGS. Doutora em Economia do Desenvolvimento pela UFRGS.

<sup>3</sup> Professor Colaborador do PPGE da UFRGS. Doutor pela USP.

<sup>4</sup> Roraima e seus municípios dependem muito dos repasses da União, relativos ao Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios, para o custeio dos gastos públicos; em alguns casos, esses recursos correspondem a mais de 80% do orçamento anual.

<sup>5</sup> Os Fundos Constitucionais foram criados pela Constituição Federal de 1988 (Art. 159, I-c): tornou-se obrigação da União destinar 3% da arrecadação do Imposto sobre a Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados para serem aplicados em programas de financiamento dos setores produtivos das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional.

<sup>6</sup> Instituição financeira pública federal, vinculada ao Ministério da Fazenda.

<sup>7</sup> Ver Informações Sócio-econômicas dos Municípios de Roraima (SEPLAN-RR, conforme CONAC-IBGE/CGEES/SEPLAN-RR).

## REFERÊNCIAS

BANCO DA AMAZÔNIA, FNO. *Plano de Aplicação dos Recursos*. Belém: 2004 (ano de 2005), 2006 (ano de 2007), 2008 (ano de 2009) e 2009 (ano de 2010).

BOTELHO, Antonio Jose. *Redesenhando o Projeto ZFM um Estado de Alerta*. Manaus: Editora Valer, 2006.

BOUDEVILLE, Jacques. *Les espaces économiques*. Rio de Janeiro: Leda Siciliano, 1970.

HIRSCHMAN, Albert. *A Estratégia do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

IBGE. Censo Demográfico 2000. Resultados do Universo. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>.

IBGE. Estimativas da população 2002. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatística/população...estimativa>>.

NORTH, Douglass. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, Jacques. *Economia Regional: Textos escolhidos*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.

NURKSE, Ragnar. *Problemas da formação de capital em países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1957.

OLIVEIRA, H. C. Desigualdade regional e os fundos constitucionais de financiamento no Brasil. Diss. Mestrado. CEDEPLAR. Fac. Ciências Econômicas – UFMM, 2005.

PERROUX, François. *A Economia do século XX*. Porto: Herder, 1967.

SOUZA, Nali J. Conceito e aplicação da teoria da base econômica. *Perspectiva econômica*, São Leopoldo: UNISINOS, v. 10, n. 25, 1980.

SOUZA, Nali J. *A teoria da base econômica regional: uma verificação empírica*. Dissertação (Mestrado em Economia). UFRGS, Porto Alegre, IEPE, 1982.

SOUZA, Nali J. *Exportação e crescimento do RS, 1951/01. Ensaio da FEE*, v. 23, Número Especial. Porto Alegre, 2002.

SOUZA, Nali J. *Desenvolvimento econômico*. São Paulo: Atlas, 2005.

SOUZA, Nali J. *Desenvolvimento Regional*. São Paulo: Atlas, 2009.

XIMENES, Tereza (Org.). *Perspectivas do Desenvolvimento Sustentável (uma contribuição para a Amazônia)*. Belém: Universidade Federal do Pará, NAEA, 1997.